

**Concessionária de Rodovia Sul- Matogrossense S.A.
(Companhia Aberta)**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

**Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.
(Companhia aberta)**

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório da Administração	1 – 7
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8 - 11
Balço patrimonial	12
Demonstração do resultado	13
Demonstração do resultado abrangente	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	16
Demonstração do valor adicionado	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18 – 50

Relatório de Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A, relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 0,09270/km referenciado a maio/2012, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 0,04381/km (deságio de 52,74%).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163/MS integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,4 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão e passa por 21 cidades lindeiras: Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Juti, Caarapó, Dourados, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia, Campo Grande, Jaraguari, Rochedo, Bandeirantes, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora.

O Contrato de Concessão foi assinado em 11 de março de 2014 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, o que ocorreu 30 dias após a assinatura.

A BR-163/MS constitui o principal canal de escoamento da produção de commodities agrícolas da região até os portos de Santos/SP e Paranaguá/PR.

1.3 Destaques do Ano de 2018

No ano de 2018, a Companhia concluiu desde o início das obras um total de 150,4 km de duplicação, já vistoriados e liberados para o tráfego pela fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Em 14 de setembro de 2018, foram aplicados o 3º reajuste ordinário e o 5º reajuste extraordinário conforme deliberação nº 700 de 13 de setembro de 2018 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

2. Desempenho Econômico e Financeiro

2.1 O Mercado

A região onde a Companhia está inserida tem forte dependência econômica ao setor do agronegócio. O escoamento dos principais produtos agrícolas produzidos na região Centro-Oeste influencia diretamente o tráfego que transita pela BR-163/MS.

2.2. Desempenho

Em R\$ mil	2018	2017	Var. %
Receita líquida	408.832	501.911	-18,5%
Receita de pedágio	293.626	269.313	9,0%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	132.990	249.998	-46,8%
Outras receitas	8.409	6.538	28,6%
(-) Deduções da receita bruta	(26.193)	(23.938)	9,4%
(-) Custos e despesas (a)	(380.212)	(435.015)	-12,6%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(132.990)	(249.998)	-46,8%
Demais custos e despesas	(247.222)	(185.017)	33,6%
(-) Resultado financeiro líquido	(6.961)	(3.288)	111,7%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.756)	(22.316)	-65,2%
Lucro líquido	13.903	41.292	-66,3%
(+) Resultado financeiro líquido	6.961	3.288	111,7%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	7.756	22.316	-65,2%
EBIT (b)	28.620	66.896	-57,2%
Margem EBIT	7,0%	13,3%	-6,3
(+) Provisão de manutenção	53.759	16.986	216,5%
EBIT Ajustado	82.379	83.882	-1,8%
Margem EBIT ajustada (c)	10,4%	26,6%	-16,2
(+) Depreciação/amortização	43.994	33.293	32,1%
EBITDA (b)	72.614	100.189	-27,5%
Margem EBITDA	17,8%	20,0%	-2,2
(+) Provisão de manutenção (d)	53.759	16.986	216,5%
EBITDA ajustado	126.373	117.175	7,8%
Margem EBITDA ajustada (e)	45,8%	46,5%	-0,7
Dívida líquida	835.303	777.665	7,4%
Investimentos	146.643	267.459	-45,2%
Veículos equivalentes (em milhares)	44.616	42.913	4,0%

- (a) Custos e despesas: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "I") e 16 - Provisão de manutenção.

- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

Receita Líquida

Receita de pedágio: Em 2018 a receita foi R\$ 293.626 devido ao consumo de grãos que acarretou um tráfego maior que o último ano, ocasionando um aumento de 9% em receita de pedágio.

Receita de construção: Em 2018 a receita de construção ficou em R\$ 132.990, o maior volume ocorreu na restauração de pavimento, comparando com 2017 o saldo é inferior em 46,8%.

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Outras receitas: Referem-se as receitas oriundas da análise de projetos para emissão de termos de anuência e estudos de acessos à rodovia, utilização da faixa de domínio por adutoras, redes de energia elétrica e redes de fibra óptica. Em 2018, a Concessionária regularizou o contrato referente ao abastecimento de rede de água e esgoto relativos aos anos de 2014 a 2018 com isso a receita foi superior em 28,6%.

Custos e despesas totais

Os custos e as despesas totais diminuiram 12% no exercício de 2018 em relação a 2017, alcançando o valor de R\$ 380.212. Esta variação deve-se principalmente à redução no fluxo das obras de duplicação.

Investimentos

No ano de 2018, foi investido o montante de R\$ 146.643 em obras, equipamentos e veículos. Os principais projetos desde o início da Concessão da Rodovia foram:

- Duplicação da Rodovia em 150,4 km;
- Restauração de pavimento em 623 km;
- Implantação de Fibra Óptica em 384 km;
- Câmeras CFTV Implantadas 461 unidades;
- Painéis Fixos de Mensagens Variáveis 06 unidades;
- Painéis Móveis de Mensagens Variáveis 17 unidades;
- Torres de Radiocomunicação 12 unidades;
- Torres de Transmissão de Dados 17 unidades;
- Analisadores de Tráfego (SAT) 59 unidades;
- Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) – 17 Bases Operacionais;
- Implantação e Operação de Praças de Pedágio – 09 unidades;
- Instalações definitivas - CCO, Sede e Escritório da ANTT.

Além destes, alguns projetos iniciaram em 2017 e seguem em andamento:

- Melhorias na sinalização horizontal e vertical;
- Melhorias em elementos de drenagem e obras de arte correntes;
- Melhorias em elementos de proteção e segurança.

Atendimento ao Usuário

Em 11 de outubro de 2018, a Concessionária completou quatro anos de implantação do serviço de atendimento aos usuários da BR-163/MS com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais atendendo 24 horas, todos os dias do ano.

No ano de 2018, foram registrados 97.880 atendimentos ao usuário por meio do serviço 0800 e 126.670 acionamentos de recursos, destacando-se:

- 76.671 (outros atendimentos) acionamentos de viaturas de inspeção de tráfego, caminhão-pipa e apreensão de animais;
- 46.433 (atendimentos mecânicos) acionamentos de guinchos leve e pesados;
- 3.566 (atendimentos médicos) acionamentos de ambulância/resgate.

Redução de Acidentes

No ano de 2017 foram registrados 1.500 acidentes na BR-163/MS, em 2018 este número caiu para 1.398 acidentes, o que representa uma redução de 7% em relação ao ano anterior. Quando comparado o número de vítimas fatais com 2017, a redução foi de 45%, representando 29 mortes a menor.

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

A Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado de propósito exclusivo e específico, e subsidiária integral da CPC (Companhia de Participações em Concessões).

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo Eduardo de Toledo o Presidente do Conselho e demais membros efetivos: Arthur Piotto Filho e Paulo Yukio Fukuzaki. A Diretoria, composta por dois membros foi eleita pelo Conselho de Administração: Guilherme Motta Gomes, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e como Diretor Operacional eleito Sami Farah Junior.

3.2 Gestão de Pessoas

Em 2018 foram contratados 203 novos colaboradores para diversas áreas da Concessionária. A média/ano de turnover ficou em 2,64%. Além disso, foram 2.056 colaboradores treinados, 6.569 horas em sala de aula, divididos em 230 turmas. O destaque está nas capacitações internas (NR's 5, 6, 11 e 12, PTI – Programa de Treinamento Interno do APH e Tráfego), o que refletiu em redução de gastos e efetividade dos resultados dos treinamentos.

Encerramos 2018 com 764 colaboradores próprios e 180 colaboradores terceirizados.

4. Sustentabilidade

A gestão dos impactos econômicos, ambientais e sociais é estratégica para o Grupo CCR, pois viabiliza a operação e melhoria das concessões de infraestrutura com respeito total às pessoas e cuidado com o meio ambiente. Com um portfólio diversificado de modais administrados, a companhia evolui e reforça a sua capacidade de criar e compartilhar valor com os acionistas, a sociedade, os colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento.

Em sua estrutura de governança, o Grupo CCR conta com o Comitê de Estratégia e de Sustentabilidade, que, entre outras atribuições, assessora o Conselho de Administração na identificação de temas críticos e mapeamento de boas práticas socioambientais da companhia e benchmarkings setoriais. Essa atuação é fortalecida pelo Comitê Executivo de Sustentabilidade, responsável pela execução da estratégia de sustentabilidade em curto, médio e longo prazos.

As unidades que administram as concessões possuem Comitês de Sustentabilidade próprios, que atuam no sentido de estabelecer metas e desenvolver planos de ação direcionados para a atuação responsável e sustentável.

Criado em 2014, o Instituto CCR amplifica os impactos positivos que contribuem para o desenvolvimento social das comunidades nos municípios do entorno das concessões. Com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso, PRONAS e PRONON), o Instituto CCR investe e mobiliza parceiros em torno de projetos que valorizam a educação e a cidadania, a cultura e o esporte, a saúde e a qualidade de vida, a consciência ambiental e a segurança viária. Para conhecer os projetos e investimentos do Instituto CCR, acesse o site em www.institutoccr.com.br.

4.1 Compromissos

Direcionado por seus objetivos estratégicos, o Grupo CCR participa ativamente de iniciativas reconhecidas internacionalmente e que contribuem para o fortalecimento e modernização da sua visão de sustentabilidade, com destaque para:

- Pacto Global (ONU)
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Carbon Disclosure Program (CDP)
- Global Reporting Initiative (GRI)
- Relato Integrado (IIRC)

Anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. A edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade está disponível em www.grupoccr.com.br/ri2018.

A Concessionária está em conformidade aos Princípios do Equador segundo o 4º Relatório de Monitoramento que contém as informações relacionadas a verificação do cumprimento do Plano de Ação Socioambiental (ESAP) atestando que as diretrizes Socioambientais estão sendo atendidas.

Em 2018 a Companhia realizou ações do programa (i) Estrada para Saúde, destinado ao bem-estar do motorista de caminhão com foco na melhoria da qualidade de vida e redução de acidentes; (ii) Campanha de coleta de lacres de alumínio para compra de cadeira de rodas que contribuiu com a doação de 9 cadeiras; e (iii) Campanhas Educativas para os usuários da rodovia.

4.2 Destaques do Período

O ano de 2018 foi inteiramente voltado ao usuário da BR-163/MS com inúmeras campanhas de conscientização mantendo o foco em torná-la em uma Rodovia da Vida.

MÊS	PALESTRA		PANFLETAGEM	AÇÃO EDUCATIVA 2018
	Nº PALESTRA	PÚBLICO ATINGIDO		
Janeiro	1	150	6.662	16
Fevereiro	8	920	31.368	58
Março	4	209	25.140	51
Abril	2	110	30.234	45
Maio	20	1.897	34.052	94
Junho	2	140	21.070	55
Julho	4	448	10.685	57
Agosto	1	400	10.948	31
Setembro	2	222	21.570	40
Outubro	1	50	21.525	33
Novembro	1	30	39.598	56
Dezembro	0	0	62.800	70
ACUMULADO	46	4.576	315.652	606

Em parceria com a PRF foram distribuídos 2.000 bafômetros descartáveis e 5.000 sacolinhas de lixo para os usuários da rodovia.

4.3 Reconhecimento

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das unidades tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Os prêmios e reconhecimentos de destaque recebidos pela Companhia em 2018 foram:

- Usuárias agradecem pessoalmente o atendimento prestado: usuárias compareceram à Base Operacional de Serviço de Atendimento ao Usuário para agradecer a equipe da Companhia pelo atendimento prestado em um grave acidente, no qual foram vítimas. Uma delas ficou em estado grave tendo múltiplas fraturas, relatou que segundo os médicos que a atenderam, ela só não ficou paraplégica graças ao atendimento prestado com rapidez e qualidade da equipe da Companhia.
- Homenagem pela Câmara Municipal de Campo Grande: a Câmara de Vereadores de Campo Grande prestou uma homenagem a Companhia, através dos colaboradores do Atendimento Pré-Hospitalar (APH) e do Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), que ministraram um treinamento aos acadêmicos de Medicina e Enfermagem de Primeiros Socorros do Projeto “Prevenir para Salvar” considerando um serviço de apoio a comunidade.
- Elogios pelos Usuários da Rodovia BR-163/MS: a quantidade de elogios recebidos pelos colaboradores do Atendimento vem crescendo significativamente através do nosso canal de 0800, no ano de 2018 foi alcançado o total de 2.940 elogios.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Neste ano de 2018 a Companhia agradece aos usuários, acionistas, pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida com objetivo de transformar a rodovia da morte em “Rodovia da Vida”.

A Concessionária agradece também aos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não foram contratados nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

5.4 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da *KPMG Auditores Independentes* (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Campo Grande, 28 de março de 2019.

A Administração.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da,
Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Campo Grande - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Contingências passivas

Conforme notas explicativas nº 2(i) e 15 a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, bem como efetuamos o envio de cartas de circularização aos advogados externos na data-base de 31 de dezembro de 2018 e realizamos o cruzamento entre os relatórios de contingências e as respostas das cartas de circularização. Efetuamos a comparação entre a nossa avaliação de probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza,

exposição, valores provisionados ou divulgados relativos as principais contingências que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os saldos relacionados às contingências passivas, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1 às demonstrações financeiras, que descreve que após a Companhia não ter obtido sucesso nas tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a revisão das condições do contrato de concessão, ingressou em maio de 2018 com demanda judicial requerendo que seja, preliminarmente, autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos, que nenhuma penalidade seja imputada à Companhia pela ANTT e, que a ANTT seja condenada a revisar o Contrato de Concessão, ou na inadmissibilidade de tal revisão, que o contrato seja rescindo. A ação judicial está consubstanciada no entendimento da Administração de que houve modificação substancial das bases da contratação, que impedem a Companhia a dar a continuidade nos serviços nos moldes originalmente contratados. O juiz proferiu decisão determinando que a ANTT não aplique qualquer tipo de penalidade contra a Companhia, estando o processo em fase de instrução. Com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia avalia que o desfecho do mérito será favorável. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board

(IASB), e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as

eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	20.791	50.058	Financiamentos	14	977	1.367
Aplicações financeiras	6	11.838	12.059	Fornecedores	12	15.223	17.321
Contas a receber	7	12.658	10.254	Fornecedores - partes relacionadas	9	718	683
Contas a receber - partes relacionadas	9	12	45	Impostos e contribuições a recolher		2.754	3.371
Tributos a recuperar		774	835	Obrigações sociais e trabalhistas	13	10.727	12.513
Adiantamento a fornecedor		500	-	Obrigações com o poder concedente		841	817
Despesas antecipadas e outras		1.453	1.172	Outras contas a pagar		34	40
				Dividendo a pagar		3.302	9.807
Total do ativo circulante		48.026	74.423	Total do passivo circulante		34.576	45.919
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	14	845.843	838.415
Tributos a recuperar		16	-	Tributos diferidos	8b	29.935	22.179
Depósitos judiciais		339	337	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15	98	27
		355	337	Provisão de manutenção	16	90.873	30.801
				Total do passivo não circulante		966.749	891.422
Imobilizado	10	109.292	124.218	Patrimônio líquido			
Intangível	11	1.493.388	1.584.466	Capital social	17b	848.000	783.000
Intangível em elaboração	11	281.775	-	Reservas de lucros		83.511	63.103
						931.511	846.103
Total do ativo não circulante		1.884.810	1.709.021				
Total do ativo		1.932.836	1.783.444	Total do passivo e patrimônio líquido		1.932.836	1.783.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	18	408.832	501.911
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(132.990)	(249.998)
Serviços		(45.638)	(28.770)
Custos com obrigações poder concedente		(16.303)	(19.322)
Depreciação e amortização	10 e 11	(36.459)	(28.157)
Custo com pessoal		(35.332)	(36.930)
Provisão de manutenção	16	(53.759)	(16.986)
Materiais, equipamentos e veículos		(18.903)	(14.954)
Outros		(7.530)	(7.250)
		<u>(346.914)</u>	<u>(402.367)</u>
Lucro bruto		61.918	99.544
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(9.771)	(10.617)
Serviços		(12.599)	(12.676)
Materiais, equipamentos e veículos		(597)	(558)
Depreciação e amortização	10 e 11	(7.535)	(5.136)
Provisão para perda esperada - Contas a receber		147	(3)
Água, luz, telefone, internet e gás		(804)	(878)
Outros		(2.582)	(3.030)
		<u>(33.741)</u>	<u>(32.898)</u>
Outros resultados operacionais		<u>443</u>	<u>250</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>28.620</u>	<u>66.896</u>
Resultado financeiro	19	(6.961)	(3.288)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>21.659</u>	<u>63.608</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	(7.756)	(22.316)
Lucro líquido do exercício		<u>13.903</u>	<u>41.292</u>
Lucro líquido por ação - básico e diluído		<u>0,01687</u>	<u>0,05811</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	13.903	41.292
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>13.903</u></u>	<u><u>41.292</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de Lucros		Reserva especial de dividendos	Lucros Acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2017	592.000	-	1.580	22.528	7.510	-	623.618
Subscrição e integralização de capital em 10 de janeiro de 2017	53.000	-	-	-	-	-	53.000
Subscrição e integralização de capital em 09 de fevereiro de 2017	17.000	-	-	-	-	-	17.000
Subscrição e integralização de capital em 10 de maio de 2017	14.000	-	-	-	-	-	14.000
Subscrição e integralização de capital em 09 de junho de 2017	28.000	-	-	-	-	-	28.000
Subscrição e integralização de capital em 10 de julho de 2017	16.000	-	-	-	-	-	16.000
Subscrição e integralização de capital em 09 de outubro de 2017	86.000	(23.000)	-	-	-	-	63.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	41.292	41.292
Destinações:							
Reserva legal	-	-	2.065	-	-	(2.065)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(9.807)	(9.807)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	29.420	-	(29.420)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	806.000	(23.000)	3.645	51.948	7.510	-	846.103
Integralização de capital em 05 de março de 2018	-	23.000	-	-	-	-	23.000
Reversão da provisão do dividendo mínimo obrigatório em 06 de abril de 2018	-	-	-	-	9.807	-	9.807
Subscrição e integralização de capital em 16 de maio de 2018	28.000	-	-	-	-	-	28.000
Subscrição e integralização de capital em 28 de junho de 2018	6.000	-	-	-	-	-	6.000
Subscrição e integralização de capital em 26 de julho de 2018	8.000	-	-	-	-	-	8.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.903	13.903
Destinações:							
Reserva legal	-	-	695	-	-	(695)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(3.302)	(3.302)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	9.906	-	(9.906)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	848.000	-	4.340	61.854	17.317	-	931.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	13.903	41.292
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.756	22.294
Depreciação e amortização	43.994	33.293
Baixa do ativo imobilizado e intangível	706	178
Juros e variação monetária sobre financiamentos	75.310	75.965
Capitalização de custo de empréstimos	(73.828)	(72.923)
Provisão para perda esperada	(147)	3
Constituição e reversão de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	909	969
Atualização de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(12)	28
Constituição da provisão de manutenção	53.759	16.986
Juros e variação monetária com partes relacionada	-	118
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	6.313	2.814
Variações cambiais s/fornecedores estrangeiros	1	1
	128.664	121.018
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(2.257)	(433)
Contas a receber - partes relacionadas	33	(10)
Tributos a recuperar	45	382
Adiantamento a fornecedores	(500)	322
Despesas antecipadas e outras	(283)	581
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(2.099)	(39.917)
Fornecedores - partes relacionadas	35	(169)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(826)	(970)
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	(401)	(1.480)
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(216)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.786)	(1.259)
Outras contas a pagar	18	73
	120.427	78.138
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(7.069)	(6.290)
Adições ao ativo intangível	(139.574)	(261.169)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	221	(12.059)
	(146.422)	(279.518)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	65.000	191.000
Financiamentos		
Captações (custo de transação)	(122)	105.732
Pagamentos de juros	(68.150)	(65.261)
	(3.272)	231.471
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos		
(Redução)/ aumento do caixa e equivalentes de caixa		
	(29.267)	30.091
Demonstração da (redução) / aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	50.058	19.967
No final do exercício	20.791	50.058
	(29.267)	30.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstrações do valor adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas			
Receitas de pedágio		293.626	269.313
Receitas de construção		132.990	249.998
Receitas acessórias		8.409	6.538
Juros capitalizados		73.828	72.923
Provisão para perda esperada - contas a receber		147	(3)
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção		(132.990)	(249.998)
Provisão de manutenção	16	(53.759)	(16.986)
Custos dos serviços prestados		(87.028)	(69.610)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(17.240)	(17.287)
Valor adicionado bruto		<u>217.983</u>	<u>244.888</u>
Depreciação e amortização	10 e 11	(43.994)	(33.293)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>173.989</u>	<u>211.595</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	<u>1.729</u>	<u>3.541</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>175.718</u></u>	<u><u>215.136</u></u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		25.893	26.722
Benefícios		9.890	10.697
FGTS		1.823	1.976
Outros		827	1.088
Tributos			
Federais		25.588	39.714
Estaduais		174	164
Municipais		15.108	13.753
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		82.388	79.540
Aluguéis		124	190
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		3.302	-
Lucros retidos do exercício		<u>10.601</u>	<u>41.292</u>
		<u><u>175.718</u></u>	<u><u>215.136</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

a) Constituição e objeto:

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens veiculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos.

Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16 de julho de 2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução nº 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei nº 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em maio de 2016, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de nº 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km de duplicação, totalizando 87 km que foram concluído em junho de 2017.

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.183 de 12 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2017, foram aplicados o 2º reajuste ordinário e o 4º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.414 de 11 de setembro de 2017, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2018, foram aplicados o 3º reajuste ordinário e o 5º reajuste extraordinário conforme deliberação nº 700 de 13 de setembro de 2018, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

b) Outras informações relevantes:

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

i. Suspensão da cobrança de pedágio

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso do Sul - OAB/MS ajuizou tutela cautelar antecipatória, processo nº 0004181-71.2017.403.6000, em face da Companhia, ANTT e União Federal, alegando o descumprimento do Contrato de Concessão por parte da Companhia pleiteando a suspensão da cobrança de pedágio.

Na audiência de 20 de junho de 2017, o juiz determinou que a ANTT se manifestasse sobre o pedido de revisão contratual efetuado pela Companhia.

Em 09 de outubro 2017, a ANTT apresentou petição informando que as obras de duplicação da rodovia foram retomadas pela Companhia, de modo que tornou -se desnecessário o pedido de revisão contratual. Em 26 de outubro de 2017, a Companhia apresentou sua manifestação,

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

concordando com a ANTT e requerendo a extinção do processo.

Em 24 de novembro de 2017, a União apresentou petição reiterando o seu pedido de exclusão da lide. A OAB/MS apresentou petição requerendo nova audiência de conciliação e que fossem julgados procedentes os pedidos. Após, a ANTT também se manifestou requerendo a extinção da ação, por falta de interesse processual da OAB/MS, tendo em vista que restou demonstrado que a Companhia já havia retomado as obras de duplicação da rodovia. Em 19 de abril de 2018, foi proferido despacho determinando a manifestação das partes sobre a perda superveniente do interesse processual alegada na manifestação da ANTT. Em 23 de abril de 2018, a Companhia apresentou petição concordando com a manifestação da ANTT, bem como requerendo a extinção do processo. Em 26 de abril de 2018, a OAB/MS requereu prazo adicional para se manifestar sobre as petições da ANTT e da Companhia, que solicitaram a extinção do feito e, na sequência, apresentou petição requerendo a rejeição dos pedidos de extinção do feito e reforçando o seu pedido de concessão da tutela de urgência.

Em 24 de setembro de 2018, foi proferida decisão indeferindo a antecipação de tutela requerida pela OAB/MS.

Foi determinada, ainda, a citação das rés e a exclusão da União do polo passivo da ação.

ii. Revisão contratual extraordinária

Em 06 de abril de 2017, a Companhia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à Companhia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impediam a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Em 03 de janeiro 2018, a ANTT encaminhou à Companhia ofício comunicando a rejeição do pleito de revisão das condições do Contrato de Concessão, sob o fundamento de que os eventos narrados pela Companhia seriam riscos que teriam sido, no Contrato de Concessão, alocados à Companhia.

Dessa forma, não restou outra opção à Companhia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União, para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a Companhia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do Contrato de Concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do Contrato de Concessão.

Em 28 de maio de 2018, o juiz proferiu decisão determinando que a ANTT se abstenha, até deliberação posterior, de aplicar qualquer tipo de penalidade contra a Companhia. Após a citação da ANTT e da União, as mesmas contestaram a ação e, posteriormente, a Companhia apresentou sua manifestação em 04 de julho de 2018.

Em 17 de outubro de 2018, foi realizada audiência de conciliação na qual as partes acordaram de suspender o processo por 90 dias, para que sejam realizadas tratativas administrativas, a fim de concretizar um possível acordo.

Em 05 de fevereiro de 2019, a ANTT apresentou petição, para requerer a suspensão do

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

processo por mais 60 dias, o que foi deferido. Findo o referido prazo, as partes deverão informar acerca da conclusão das tratativas.

O processo, portanto, encontra-se atualmente suspenso, aguardando as tratativas das partes em torno de um eventual acordo.

A Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantém expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na letra “q” desta nota.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Instrumentos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 está descrito na letra “q” desta nota.

- Classificação

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado e ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- Mensuração e desreconhecimento

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica ao prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “o”

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas nas projeções estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

p) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou, a partir de 1º de janeiro de 2018, as seguintes normas:

- **CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes**

Introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. Estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou impactos da adoção desta norma, exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, nas Demonstrações Financeiras em comparação com as normas anteriores de reconhecimento de receita, seja em termos de montante das receitas de construção e outras receitas operacionais, como em termos de momento de reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01 / IFRIC 12, já reconhecidas anteriormente de forma desagregada.

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das demonstrações financeiras. O valor do intangível em construção em 1º de janeiro de 2018 era de R\$ 654.032.

- **CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

Estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Sua adoção não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto na classificação e

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensuração de ativos financeiros está descrito a seguir, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	12.658	12.658
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	12	12

ii. *Impairment de ativos financeiros*

Substituí o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

r) *Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos*

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não se espera que a adoção do IFRS 16 produza impacto significativo para a Companhia, nem afete de maneira relevante a capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em debêntures.

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes os seguintes pontos: (i) taxa de desconto e; (ii) estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Outras normas

A Companhia está avaliando eventuais impactos das seguintes normas alteradas e interpretação emitida ainda não vigentes:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa (Alterações na IFRS 9).
- Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 – várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 / CPC 11 contratos de seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 28 de março de 2019, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2o Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
- 7 Provisão para perda esperada
- 8b Impostos diferidos
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 15 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
- 16 Provisão de manutenção
- 20 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juro e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário – (CDI) relativos aos empréstimos em reais; (2) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e (3) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n^{os} 6, 9, 14, 20 e 21.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Financiamentos (a)	67.793	110.749	107.240	103.734	1.194.303
Fornecedores e outras contas a pagar	15.257	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	718	-	-	-	-
Dividendo a pagar	3.302	-	-	-	-
Obrigações com poder concedente	841	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	11.517	10.298
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>9.274</u>	<u>39.760</u>
	<u>20.791</u>	<u>50.058</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>11.838</u>	<u>12.059</u>
	<u>11.838</u>	<u>12.059</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas a taxa média de 99,27% do CDI, equivalente a 6,34% ao ano (99,51% do CDI, equivalente a 9,85% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

7. Contas a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	2.155	828
Pedágio eletrônico (b)	<u>10.655</u>	<u>9.725</u>
	<u>12.810</u>	<u>10.553</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(152)</u>	<u>(299)</u>
	<u>12.658</u>	<u>10.254</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Crédito a vencer	12.658	10.064
Créditos vencidos até 60 dias	-	188
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	2
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	1	3
Créditos vencidos há mais de 180 dias	151	296
	<u>12.810</u>	<u>10.553</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber de pedágio eletrônico (AVI e vale pedágio), decorrentes de tarifas de pedágio que serão recebidos em um prazo médio de 30 dias; e
- (c) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para a Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	21.659	63.608
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(7.364)	(21.627)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(347)	(631)
Despesas indedutíveis	(38)	(43)
Outros ajustes tributários	<u>(7)</u>	<u>(15)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(7.756)</u>	<u>(22.316)</u>
Impostos correntes	-	(22)
Impostos diferidos	<u>(7.756)</u>	<u>(22.294)</u>
	<u>(7.756)</u>	<u>(22.316)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>35,81%</u>	<u>35,08%</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2018				
	2017	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.522	(258)	1.264	1.264	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	535	(50)	485	485	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	9	24	33	33	-
Provisão de manutenção	10.473	20.423	30.896	30.896	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(34.718)	(30.630)	(65.348)	10.202	(75.550)
Outros	-	2.735	2.735	2.735	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(22.179)	(7.756)	(29.935)	45.615	(75.550)
Compensação de imposto	-	-	-	(45.615)	45.615
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(22.179)	(7.756)	(29.935)	-	(29.935)
	2017				
	2016	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.557	(35)	1.522	1.522	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	534	1	535	535	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	-	9	9	9	-
Provisão de manutenção	3.740	6.733	10.473	10.473	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(5.703)	(29.015)	(34.718)	17.236	(51.954)
Outros	(13)	13	-	-	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	115	(22.294)	(22.179)	29.775	(51.954)
Compensação de imposto	-	-	-	(29.775)	29.775
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	115	(22.294)	(22.179)	-	(22.179)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018				
	Transações			Saldos	
	Serviços Prestados	Intangível	Despesas Financeiras	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora					
CCR	3.507 (a)	-	-	7 (c)	274 (a)
CPC	5.062 (b)	444 (b)	-	1 (c)	444 (b)
Outras partes relacionadas					
Intercement Brasil S.A	-	763 (d)	-	-	-
RodoNorte	-	-	-	3 (c)	-
Renovias	-	-	-	1 (c)	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2018				<u>12</u>	<u>718</u>
Total, 31 de dezembro de 2018	<u>8.569</u>	<u>1.207</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>718</u>

	2017				
	Transações			Saldos	
	Serviços Prestados	Intangível	Despesas Financeiras	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora					
CCR	3.497 (a)	-	21 (a)	-	273 (a)
CPC	4.359 (b)	1.200 (b)	97 (b)	2 (c)	406 (b)
Outras partes relacionadas					
Intercement Brasil S.A	-	4.609 (d)	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	3 (c)	-
RodoNorte	-	-	-	6 (c)	-
Autoban	-	-	-	19 (c)	-
SPVias	-	-	-	2 (c)	-
Metrô Bahia	-	-	-	13 (c)	4 (c)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	-	-	-	<u>45</u>	<u>683</u>
Total, 31 de dezembro de 2017	<u>7.856</u>	<u>5.809</u>	<u>118</u>	<u>45</u>	<u>683</u>

Despesas com profissionais chaves da administração

	2018	2017
Remuneração (e):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.569	3.200
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	1.387	1.327
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	-	1.196
Previdência privada	12	18
Seguro de vida	4	6
	<u>3.972</u>	<u>5.747</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração dos administradores (e)	1.560	1.560

Na Assembleia Geral Ordinária (AGOE) realizada em 06 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 6.900, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR, através de sua Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao faturamento;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na BR-163/MS, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor; e
- (e) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	<u>2017</u>		<u>2018</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Móveis e utensílios	1.370	-	(13)	41	1.398
Máquinas e equipamentos	67.705	-	(388)	13.517	80.834
Veículos	22.345	-	(2.090)	753	21.008
Instalações e edificações	296	-	-	-	296
Terrenos	828	-	-	-	828
Sistemas operacionais	45.720	-	(76)	7.915	53.559
Imobilizações em andamento	22.170	8.647	-	(24.105)	6.712
	<u>160.434</u>	<u>8.647</u>	<u>(2.567)</u>	<u>(1.879)</u>	<u>164.635</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.578 em 2018 (R\$ 3.152 em 2017). A taxa média de capitalização em 2018, foi de 8,02% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamento) e de 7,63% a.a. em 2017.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2017		2018		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(242)	(137)	4	-	(375)
Máquinas e equipamentos	13	(11.504)	(10.758)	127	(4)	(22.139)
Veículos	33	(14.989)	(4.799)	1.709	-	(18.079)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	-	(296)
Sistemas operacionais	11	(9.185)	(5.294)	21	4	(14.454)
		<u>(36.216)</u>	<u>(20.988)</u>	<u>1.861</u>	<u>-</u>	<u>(55.343)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Ativo 100% depreciado.

11. Intangível

Movimentação do custo

	2017		2018		
	Saldo inicial	Adoção inicial CPC 47 / IFRS 15	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.600.524	(654.032)	-	585.308	1.531.800
Direitos de uso de sistemas informatizados	8.589	-	-	652	9.241
Intangível	<u>1.609.113</u>	<u>(654.032)</u>	<u>-</u>	<u>585.960</u>	<u>1.541.041</u>
Intangível em construção	<u>-</u>	<u>654.032</u>	<u>211.824</u>	<u>(584.081)</u>	<u>281.775</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 72.250 em 2018 (R\$ 69.771 em 2017). A taxa média de capitalização em 2018 foi de 8,02% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamento) e de 7,63% a.a. em 2017.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2017		2018	
		Saldo inicial	Adições	Saldo inicial	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(21.670)	(21.202)	(21.202)	(42.872)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(2.977)	(1.804)	(1.804)	(4.781)
		<u>(24.647)</u>	<u>(23.006)</u>	<u>(23.006)</u>	<u>(47.653)</u>

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Fornecedores

	2018	2017
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	15.128	17.298
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	95	23
	<u>15.223</u>	<u>17.321</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS sobre folha de pagamento	589	698
IRRF de empregados	286	429
FGTS	202	251
Sesi/Senai	143	78
Salários a pagar	1.336	1.602
Provisão para participação nos resultados	4.965	5.454
Provisão para Férias	2.312	2.885
Outas obrigações trabalhistas	894	1.116
	<u>10.727</u>	<u>12.513</u>

14. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em		Vencimento Final	2018	2017
				2018				
Em moeda nacional								
1. BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338% (a)	17.013	14.008	Março de 2039	667.679	662.088 (b) (c)	
2. Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1877% (a)	2.541	2.216	Março de 2039	127.421	126.515 (b) (c)	
2. Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844% (a)	2.671	2.277	Março de 2039	51.720	51.179 (b) (c)	
Total geral				<u>18.501</u>		<u>846.820</u>	<u>839.782</u>	
Circulante								
Financiamentos						2.586	2.936	
Custos de transação						(1.609)	(1.569)	
						<u>977</u>	<u>1.367</u>	
Não Circulante								
Financiamentos						862.735	856.806	
Custos de transação						(16.892)	(18.391)	
						<u>845.843</u>	<u>838.415</u>	

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora CCR S.A.
(c) Garantia real.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2018
2020	44.843
2021	44.816
2022	44.816
2023 em diante	728.260
	<u>862.735</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 14 de março de 2016, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$ 2.109.915, com vencimento final em 15 de março de 2039. O valor do financiamento está dividido em 18 subcréditos, incluindo o subcrédito social no valor de R\$ 11.542, destinado a aprovação de projetos sociais no âmbito da comunidade pelo BNDES.

Em 15 de abril 2016, foi realizado o primeiro desembolso deste contrato, no valor de R\$ 587.039, que liquidou o empréstimo ponte, junto a este mesmo banco.

Em 10 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato direto do BNDES, sendo R\$ 22.390 referente ao subcrédito A e R\$ 52.560 referente ao subcrédito R1, com remuneração de TJLP + 2% a.a..

Sobre a dívida incide juros de TJLP + 2,0% a.a., exceção feita ao subcrédito social, sobre o qual incidirá apenas a TJLP. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, a partir de 15 de junho de 2016, e mensalmente a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal.

As garantias serão divididas em três fases: (i) *pré completion*, (ii) *completion* parcial, e (iii) *completion* total:

(i) *Pré Completion*: As garantias consistem de: - (a) fiança corporativa da CCR; (b) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela CPC; e (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergentes da concessão.

(ii) *Completion* Parcial, definido essencialmente pela conclusão das obras de duplicação previstas no contrato de financiamento. As garantias consistem de (a) fiança corporativa da CCR de 50% do saldo da dívida; (b) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela CPC; e (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergentes da concessão.

(iii) *Completion* Total, onde além do *completion* parcial supracitado, a Companhia deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2 e apresentação de Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1. As garantias consistem de: (a) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela CPC; (b) cessão

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

A CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta, deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

2. Em 12 de agosto de 2016, foram assinados os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal, com recursos do Programa Finisa (Finisa) e mediante repasse (Repasse) de recursos do BNDES, nos valores de R\$ 527.288 e R\$ 210.000, respectivamente, com vencimento final em 15 de março de 2039.

Em 07 de outubro de 2016, foi realizado o primeiro desembolso do Finisa no valor bruto de R\$ 103.800 e no dia 18 de outubro, R\$ 43.250, do Repasse.

Em 10 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato FINISA, no montante de R\$ 22.910.

Em 15 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato junto à Caixa, referente à repasse do BNDES, no montante de R\$ 9.545.

Sobre ambos contratos incide juros de TJLP + 2% ao ano. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão exigidos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano a partir de 15 de dezembro de 2016, e mensalmente, a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal ocorrerá em 15 de janeiro de 2020.

As garantias estão divididas em três etapas: (i) pré *completion*, (ii) *completion* parcial, e (iii) *completion* total, as quais são idênticas às do BNDES, divulgada no item 1, acima.

O resgate antecipado é permitido a qualquer tempo.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não circulante	2017		2018			Atualização de bases processuais e monetária	Total
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento			
Cíveis	-	444	(15)	(353)	2	78	
Trabalhistas	27	558	(78)	(473)	(14)	20	
Total	27	1.002	(93)	(826)	(12)	98	

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2018	2017
Cíveis e administrativos	1.005	292
Trabalhistas e previdenciárias	370	25
	1.375	317

16. Provisão de manutenção

Não circulante	2017	2018		Saldo final
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	
	30.801	53.759	6.313	90.873

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, foram de 13,93% e 7,54% respectivamente.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 19 de janeiro de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a prorrogação da integralização de capital social, no montante de R\$ 23.000 a qual ocorreu em 05 de março de 2018. Em 16 de maio de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 28.000, mediante a emissão de 28.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 834.000, dividido em 834.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 28 de junho de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 6.000, mediante a emissão de 6.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, no dia 10 de julho de 2018, passando o capital da Companhia para R\$ 840.000, dividido em 840.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 26 de julho de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da Companhia, no valor de R\$ 8.000, mediante a emissão de 8.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 848.000, dividido em 848.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva especial de dividendos

Em 06 de abril de 2018, foi aprovada na AGO a reversão total da reserva especial de dividendos, que havia sido constituída nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 9.807, e consequente retenção de lucros, dada a necessidade de realização de elevado montante de investimentos nos próximos anos em função de compromissos assumidos.

d. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), conforme Proposta da Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2019, previamente à deliberação sobre a destinação de resultados.

A proposta de orçamento de capital está justificada, substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

e. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2018, foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro acumulado do exercício	13.903
(-) Constituição de reserva legal	<u>(695)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>13.208</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	3.302
Dividendos provisionados	<u>(3.302)</u>
Total	<u><u>-</u></u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2018	2017
Numerador		
Lucro líquido do exercício	13.903	41.292
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	824.060	710.608
Lucro por ação - básico e diluído em R\$	0,01687	0,05811

18. Receitas

	2018	2017
Receitas de pedágio	293.626	269.313
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	132.990	249.998
Receitas acessórias	8.409	6.538
Receita bruta	435.025	525.849
Impostos sobre receitas	(26.139)	(23.873)
Devoluções e abatimentos	(54)	(65)
Deduções das receitas brutas	(26.193)	(23.938)
Receita líquida	408.832	501.911

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado Financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(69.381)	(67.107)
Varição monetária sobre financiamentos	(5.929)	(8.858)
Juros e variações monetárias c/ partes relacionadas	-	(118)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(6.313)	(2.814)
Capitalização de custos dos financiamentos	73.828	72.923
Variações cambiais s/fornecedores estrangeiros	(2)	(2)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(893)	(853)
	<u>(8.690)</u>	<u>(6.829)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.471	3.017
Variações cambiais s/fornecedores estrangeiros	1	1
Juros e outras receitas financeiras	257	523
	<u>1.729</u>	<u>3.541</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(6.961)</u>	<u>(3.288)</u>

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	2018			2017		
	Valor justo por meio de resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixas e bancos	11.517	-	-	10.298	-	-
Aplicações financeiras	21.112	-	-	51.819	-	-
Contas a receber	-	12.658	-	-	10.254	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	12	-	-	45	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(846.820)	-	-	(839.782)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(15.257)	-	-	(17.361)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(718)	-	-	(683)
Dividendos a pagar	-	-	(3.302)	-	-	(9.807)
Obrigações com poder concedente	-	-	(841)	-	-	(817)
Total	32.629	12.670	(866.938)	62.117	10.299	(868.450)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- **Caixa e bancos e Aplicações financeiras** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, dividendos a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos e obrigações com o poder concedente equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2018	2017
Nível 2:		
Aplicações financeiras	21.112	51.819

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ^{(5) e (6)}	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	681.687	(62.103)	(74.179)	(86.258)
CEF (REPASSE BNDES)	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	53.997	(4.919)	(5.875)	(6.832)
CEF (REPASSE BNDES)	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	129.637	(11.810)	(14.106)	(16.403)
Aplicação financeira (Menkar II) ^{(4) e (7)}	CDI ⁽³⁾		15.753	996	1.245	1.494
Aplicação financeira (CDB) ^{(4) e (7)}	CDI ⁽³⁾		5.359	348	435	523
				<u>(77.488)</u>	<u>(92.480)</u>	<u>(107.476)</u>

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

TJLP ⁽²⁾	6,98%	8,73%	10,47%
CDI ⁽³⁾	6,40%	8,00%	9,60%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (3) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- Refere-se à taxa de 31/12/2018, divulgada pela BNDES;
- Refere-se à taxa de 31/12/2018, divulgada pela B3;
- Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira;
- Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP); e

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (7) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

Compromissos relativos a concessão

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Compromisso de investimento	<u>4.535.658</u>	<u>4.410.718</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

22. Demonstração do fluxo de caixa

- a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Financiamento</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(839.782)	(783.000)	(1.622.782)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Integralização de capital	-	(65.000)	(65.000)
Captações (líquidas dos custos de transação)	122	-	122
Pagamentos de principal e juros	<u>68.150</u>	<u>-</u>	<u>68.150</u>
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	68.272	(65.000)	3.272
Outras variações			
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(75.310)	-	(75.310)
Total das outras variações	<u>(75.310)</u>	<u>-</u>	<u>(75.310)</u>
Saldo Final	<u>(846.820)</u>	<u>(848.000)</u>	<u>(1.694.820)</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo de Toledo
Arthur Piotto Filho
Paulo Yukio Fukuzaki

Presidente
Conselheiro
Conselheiro

Composição da Diretoria

Guilherme Motta Gomes
Sami Farah Junior

Diretor Presidente/RI
Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3"S"MS

CONCESSIONARIA DE RODOVIA SUL-MATOGROSSENSE S.A.

CNPJ/MF Nº 19.642.306/0001-70

NIRE 5430000566-5

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da LSA, e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução 480, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2019, a proposta de **Orçamento de Capital** para os exercícios de 2019 e 2020, no valor de **R\$ 85.507.000,00** (Oitenta e cinco milhões, quinhentos e sete mil reais), conforme origens e fontes de financiamento descritas abaixo.

A presente proposta prevê a retenção do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 9.905.891,98 (nove milhões, novecentos e cinco mil, oitocentos e noventa e um reais e noventa e oito centavos).

A presente proposta prevê, ainda, a renovação da retenção do montante de R\$ 69.265.426,64 (sessenta e nove milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos), remanescente na reserva de retenção de lucros da Companhia.

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2019 e 2020	R\$ 85.507.000,00
--	-------------------

Origens/Fontes de Financiamento


Retenção de Lucros auferidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018	R\$ 9.905.891,98
---	------------------

Saldo Remanescente da Reserva de Retenção de Lucros aprovada na assembleia geral ordinária de 06 de abril de 2018	R\$ 69.265.426,64
---	-------------------

Outros Recursos Próprios ou de Terceiros	R\$ 6.335.681,38
--	------------------

A presente proposta de **Orçamento de Capital** foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de março de 2019, com **prazo de duração de 1 (um) ano**.

Campo Grande, 22 de março de 2019.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
EDUARDO DE TOLEDO
Presidente do Conselho de Administração

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Campo Grande/MS, 28 de março de 2019.



GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES



SAMI FARAH JUNIOR
DIRETOR OPERACIONAL